O Estado e as influências teóricas antirracistas de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e um possível diálogo com os estudos pós-coloniais

Lourenço Cardoso[1]
Jessica Grava da Conceição[2]

RESUMO
Neste artigo nosso objetivo é defender o argumento que o Estado brasileiro foi influenciado pelos pensamentos de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes em suas concepções sobre as questões étnico-raciais. Entre nossas conclusões, observamos que a influência de Freyre será mais acentuada na Era Vargas e a de Fernandes a partir dos anos 1990 sobretudo após a Era FHC, também fortalecemos a hipótese que os estudos pós-coloniais podem contribuir de forma significativa para se pensar os conflitos raciais da sociedade contemporânea. Pois atualmente levantamos novos temas e problemas diferentes daqueles submetidos à análise e pesquisa de Freyre e de Fernandes. Nossa metodologia foi uma análise livre em fontes documentais com diálogo na teoria racial nacional e estrangeira, priorizando como fonte principal as obras Casa-Grande e Senzala e Integração do negro na sociedade de classes.
Palavras-chaves: Estado brasileiro. Democracia Racial. Racismo. Pós-colonialismo.

ABSTRACT
In this article our aim is to defend the argument that the Brazilian government was influenced by the thought of Gilberto Freyre and Florestan Fernandes, in his view on racial and ethnic issues. Among the findings, we observed that the influence of Freyre is more pronounced in the era of Vargas and Fernandez since 1990, especially after the FHC has also strengthened the hypothesis that postcolonial studies can contribute significantly to think of the conflicts career in contemporary society. For now pose new problems and different problems under analysis and investigation of Freyre and Fernandes. The methodology consisted of a free analysis of documentary sources in dialogue with national and international race theory.
KEY WORDS: Brazilian state. Racial Democracy. Racism. Post-colonialism.

Introdução: O Estado brasileiro e a democracia

A sociedade brasileira passou por períodos de democracia, ditatura e redemocratização desde a proclamação da República em 1889. Em 1930, ocorre o primeiro desrespeito às regras eleitorais. Apesar do processo eleitoral naquele período ser considerado desonesto Getúlio Vargas, depois de perder as eleições, deu um Golpe de Estado apoiado pelos militares e assumiu o poder. Sete anos depois, Vargas suspendeu as eleições e instaurou um regime ditatorial – conhecido como Estado Novo. Ele seguiu na presidência brasileira ininterruptamente durante quinze anos, até que, em 1945, foi deposto pelos mesmos militares que contribuíram para que chegasse ao seu primeiro mandado (NUNES, 2003, p. 15-46; REIS, 1998, p. 78-85).

[1] Doutorando em Sociologia pela Unesp/Araraquara.
[2] Graduando em Sociologia pela Unesp/Araraquara.

Vale lembrar que durante o Estado novo foram extintos os partidos políticos. Com o fim da ditadura de Vargas o Brasil retornou a um sistema multipartidário, passou por um processo de redemocratização até o mandato do presidente João Goulart em 1964. Esse político conhecido como "Jango" tornou-se presidente com a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros em 1960. Jango não chegou ao fim do mandato, seu governo e a democracia caíram diante de um novo Golpe de Estado encabeçado pelos militares. Estabelecido no poder, os militares deram continuidade ao sistema presidencialista, no qual o presidente seria eleito por uma junta militar, que no futuro, seria chamado de Colégio Eleitoral. O primeiro presidente militar nesse sistema foi o general Castelo Branco, que prometeu levar o Brasil de volta às eleições democráticas, contudo o país continuaria a viver um longo período governado pela ditatura militar. O presidente Castelo Branco sofreu pressões da "linha dura" – vertente mais arbitrária das Forças Armadas – e inaugurou os Atos Institucionais (NUNES, 2003, p. 15-46). Vivia-se um momento de forte pressão pela redemocratização através dos movimentos estudantis, segmentos industriais e políticos de oposição. Nesse contexto, assumiu a presidência o general Emílio Garrastazu Médici que decretou o Ato Institucional Nº5 (AI-5) que suspendeu os direitos civis e políticos de todos os cidadãos brasileiros. Esse Ato, diferente dos outros, não tinha data de vencimento e sobrepôs-se à Constituição. O Governo Médici foi o período mais autoritário do regime militar, o Congresso funcionava, entretanto de maneira limitada.

A partir de 1974, os militares assumiram um discurso que propunha uma lenta e gradual redemocratização; esse processo seria coordenado pela junta militar que ainda se encontrava no poder, e todos os direitos, civis e políticos, ainda estariam suspensos, em uma espécie de "moratória democrática", ou seja, ainda haveria a arbitrariedade do governo militar, censura e opressão aos movimentos sociais. O presidente responsável pelo início desse novo discurso político foi o general Ernesto Geisel. Portanto, esse presidente iniciou o processo de "liberalização" que levaria o Brasil gradualmente de volta ao Estado democrático. Um dos pilares de sustentação do regime militar foi o controle da economia.

Durante os anos 1970, o governo Geisel enfrentou a crise do Petróleo e, como uma resposta à crise petrolífera de 1973, iniciou um projeto de expansão industrial e colonização tardia da Amazônia, que resultaria em gastos públicos que fizeram crescer a economia brasileira – o que ficou conhecido em todo o mundo como "o milagre econômico brasileiro". Todavia, essa política de gastos públicos e interferência direta na economia duplicou a dívida externa brasileira. O aumento

da dívida associado à falta de direitos políticos e civis deu lugar à insatisfação generalizada em relação ao regime militar. Nesse momento de tensão social, a Igreja Católica assumiu um papel importante como catalizadora das críticas ao regime, juntando-se aos reclames populares pelo fim da ditadura e particularmente da tortura. Na presidência de Geisel esperava-se que realmente o Brasil caminhasse para redemocratização e, imediatamente, eliminassem as torturas (COIMBRA, 2001, p. 11-19).

O presidente Geisel expressou seu desejo de uma redemocratização gradual, porém, isso dependeria de sua habilidade de lidar com as corporações militares, em especial, a "linha dura". Esse governo já sentia mais a pressão da sociedade civil, através da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) especialmente quanto ao desaparecimento de pessoas. Além dos movimentos em favor da redemocratização, outro fator importante que concorreu para o enfraquecimento do regime militar foi o crescimento da representação política do partido de oposição ao regime. O governo ditatorial militar possuía um sistema bipartidário: de um lado, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido da situação; de outro lado, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição. Os governadores eram eleitos de forma indireta, enquanto os deputados eram escolhidos de forma direta.

O presidente Geisel permitiu a participação da oposição no programa eleitoral difundido na televisão, em consequência disso, o número de candidatos eleitos surpreendeu o próprio MDB. Na eleição posterior, o governo Geisel tratou de mudar as regras do jogo, criando os "senadores biônicos" leia-se, não eleitos diretamente - para manter o controle político do país nas mãos da junta militar. A sua política de liberalização estava fugindo de seu controle; o resultado das eleições de 1974 indicou que o regime militar não conseguia mais dissimular que não tinha o mesmo apoio popular.

A crítica da oposição na campanha eleitoral atacou principalmente três temas: justiça social, liberdades civis e desnacionalização. A pressão para redemocratização aumentava; a morte do jornalista Vladimir Herzog, possivelmente assassinado, depois de ter sido torturado, desencadeou intensas manifestações da igreja e de outros segmentos da sociedade civil. A morte de Herzog levou o presidente Geisel a demitir um general deixando de consultar a junta militar.

A junta militar que controlava o executivo em 1978 elegeu o general João Baptista Figueiredo, o último presidente do regime ditatorial militar. O presidente Figueiredo assumiu o governo no momento em que toda sociedade civil e o partido de oposição MDB reivindicavam a

redemocratização; surgiram novas lideranças sem nenhuma ligação aos movimentos existentes antes de 1964, como os sindicalistas do ABC[3]. Além dessas novas lideranças, a Lei de Anistia propiciou o retorno de políticos de esquerda que foram exilados durante as tensões pré-1964, dentre eles, Leonel Brizola – destacado político de oposição ao regime. Na transição do governo ditatorial para o democrático foi pensado em difundir a ideia de um sistema multipartidário, que enfraqueceria e dividiria a oposição, nisso o governo manter-se-ia no poder, mesmo com eleições diretas (CODATO, 2005, p. 83-106).

No fim de 1979, a ARENA virou PDS, o MDB virou PMDB, ressurgiram o PTB, foi criado o PDT e o PT[4]. Nas eleições de 1982, elegeram-se pelo voto direto do povo todos os ocupantes de cargos legislativos, isto é, estava excluída a possibilidade de escolha do candidato ao cargo de presidente da República. A oposição conseguiu a maior porcentagem das cadeiras no Congresso, embora não fosse maioria porque estava dividida, porém, a mesma também ganhou o governo dos principais Estados da Federação. Nas eleições presidenciais de 1985, nem os militares da linha de Figueiredo, nem os opositores tinham um consenso quanto ao nome de um candidato para presidência da República que representasse a "situação", o nome sugerido foi o do político Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, nomeado pelo regime militar; pela "oposição", o nome indicado foi o do político Tancredo Neves que, através de eleições indiretas do Colégio Eleitoral, tornou-se presidente do Brasil.

Finalmente, depois de vinte e um anos, um civil ocuparia o cargo de presidente do Brasil, no entanto, Tancredo Neves morreu antes de tomar posse e seu vice José Sarney assumiu o cargo. Em 1989, Fernando Collor de Mello conseguiu a maioria de votos necessários para ser eleito presidente, ele foi o primeiro presidente eleito diretamente desde o governo de Jânio Quadros. Fernando Collor de Mello enfrentou um processo de *impeachment* dois anos depois de eleito, por denúncias de corrupção. Neste ínterim assumiu seu vice-presidente Itamar Franco. No governo Itamar, popularizou-se o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, sobretudo, devido às medidas adotadas bem-sucedidas de combate à inflação, incorporadas em um plano econômico denominado Plano Real (GUIMARÃES, 2006, p. 269-287).

[3] O chamado ABC paulista era formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano – berço industrial que projetou nacionalmente o ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Em 1978, ocorreu uma greve histórica sob a liderança do sindicalista Lula.

[4] Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso assumia a Presidência da República, amparado pela popularidade do Plano Real do governo Itamar Franco. O combate à inflação trouxe um novo significado à redemocratização, uma vez que os altos índices de inflação eram tidos como uma herança do regime militar. Esse presidente conseguiu governar até ao fim do seu mandato, e em 1998 foi reeleito, ainda devido à estabilidade econômica do Plano Real.

Em janeiro de 2002, Luís Inácio Lula da Silva, o líder sindical que surgiu no cenário nacional durante a ditatura militar, em 1978, assume a presidência, sendo o primeiro presidente do Brasil de origem operária. Em função da reeleição de 2006, a sua administração seguiu até 2010 quando foi eleita Dilma Rousseff ex-ministra chefe da Casa Civil e seu governo se encontra em curso até 2014. Ela é a primeira presidente da História do Brasil e foi eleita devido à intervenção direta do Lula que utilizou de sua grande popularidade para colar sua imagem com a de sua ministra e elegê-la.

Tanto a eleição e reeleição de Luís Inácio Lula da Silva quanto à eleição de Dilma Rousseff simbolizam a consolidação e o distanciamento da longa história ainda recente de governos ditatoriais, diante de processos eleitorais considerados exemplares. De fato, de forma aparente a democracia no Brasil tem se fortalecido, devido o próprio processo pedagógico das eleições, porém, não podemos considerar que vivemos uma democracia de alta intensidade. No entanto, a parceria do Estado com a sociedade civil aponta-se com um dos caminhos que podem contribuir para uma democracia de forma mais qualitativa com maior participação que iniba as corrupções ou outras formas de anomalias presentes e talvez inerentes ao universo político.

O Estado e as influências teóricas de Gilberto Freyre

Vimos que o Estado brasileiro em sua história republicana passou por períodos de governos democráticos e ditatoriais. Após passarmos por dois governos “vice-presidencialistas” (Sr. José Sarney e Sr. Itamar Franco) e um *impeachment* (Sr. Fernando Collor de Mello) nossa democracia ganhou maior vigor qualitativo no governo de Fernando Henrique Cardoso, de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002, p. 17-35).

Diante de tudo que foi mencionado, parto da hipótese de que a administração FHC representa o momento em que o Estado brasileiro vai deixar, de forma mais evidente, de orientar a sociedade no sentido de uma sociedade unicultural (RIBEIRO, 1995, p. 132-133). Isto é, a orientação estatal no sentido de que nossas múltiplas identidades sociais e conflitos oriundos das mesmas sejam sublimados ou ignorados em razão da formação de uma suposta identidade mestra, ou seja,

a identidade nacional, assim como destaca Kabengele Munanga:

> (...) Embora houvesse uma resistência cultural tanto dos povos indígenas como dos alienígenas que aqui vieram ou foram trazidos pela força, suas identidades foram inibidas de manifestar-se em oposição à chamada cultura nacional. Esta, inteligentemente acabou por integrar as diversas resistências como símbolos da identidade nacional (MUNANGA, 2004, p. 109-110).

Isso significa que nesse processo os conflitos eram invisibilizados, ou transformados em ausências (SANTOS, 2006, p. 86-125), afinal, apesar das diferenças referentes: a classe social, pertença étnico-racial, gênero, opção sexual, grau de instrução, crença, ideologia, espaço onde reside e outras, somos todos brasileiros e vivemos de forma razoavelmente harmoniosa. Esta matriz de pensamento que vigorou de forma hegemônica no pensamento popular brasileiro e, particularmente, em nossos governantes encontra sua matriz em *História Geral do Brasil* de Francisco Varnhagen, repercutindo um eco em Darcy Ribeiro com o livro *O povo brasileiro*, que não se omite em sua critica à idéia de inexistência de discriminação racial, diga-se de passagem.

Contudo, a forma mais elaborada e criativa de pensamento de glorificação à colonização portuguesa, elogio ao mestiço e a habilidade ímpar do brasileiro para convivência com diferentes grupos, numa espécie de democracia social, depois conhecida como democracia racial encontra sua matriz na obra *Casa-Grande & Senzala* de autoria de Gilberto Freyre. E essa é provavelmente a mais expressiva narrativa já escrita sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

Gilberto Freyre a partir de *Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Ordem e Progresso* e *o Mundo que o português criou* acabou por influenciar de forma decisiva a mentalidade coletiva, cultura, sociabilidade e diretrizes políticas dos países de língua oficial portuguesa que são: o Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No meu ponto de vista, nenhum outro intelectual brasileiro alcançou tamanha repercussão (FREYRE, 2003a; 2003b; 2004).

No caso específico da sociedade brasileira, esse pensamento persiste e se reinventou em grande parte como resultado do esforço de construção da identidade nacional por parte do Estado, especialmente, durante a administração de Getúlio Vargas – de 1930 a 1945 e depois de 1951 a 1954 num segundo mandato. Sobretudo, na era de Vargas, ocorreu uma declarada orientação política de Estado para que as diferenças se integrassem; diluindo-se numa única identidade mestra (HALL, 2005, p. 47-65; MUNANGA, 2004, p.137).

O Estado tornava público e notório o discurso de que o Brasil era um “paraíso racial”, um

modelo a ser seguido pelo mundo, principalmente, após as atrocidades racistas praticadas pelos nazistas durante a segunda Guerra Mundial (MAIO, 1999, p. 141-158). Abreviando, o Estado em suas orientações sobre as relações étnico-raciais estava fundamentado nas teorias de Gilberto Freyre, que foi um intelectual de certa maneira "neo-varnhagiano" (FREYRE, 2003a, p.422), pioneiro em pensar a origem do povo brasileiro com base na matriz africana, indígena e portuguesa. No entanto, Freyre em sua interpretação sobre o Brasil acabou por ser o principal teórico dessa idéia que se sintetiza na expressão democracia racial.

A aspiração de uma convivência harmoniosa é uma proposta que poucos discordariam, porém, esse discurso acaba por invisibilizar os conflitos raciais cotidianos. Essa é a principal crítica atribuída aos pensamentos de Gilberto Freyre. Esse ilustre sociólogo não inventou a expressão "democracia racial", havia utilizado a expressão "democracia social" em uma conferência proferida em Lisboa, em 1937, intitulada *Aspectos da influência da mestiçagem sobre relações sociais e de cultura entre portugueses luso-descendentes*. De certo modo, Gilberto Freyre permaneceu em silêncio em torno dessa ideia, porque era um discurso relativamente consensual e apresentado como ideal de relação inter-racial.

Durante certo período, a defesa do discurso de democracia racial interessava a todos, inclusive, a certas tendências do movimento social que objetivavam ser integrados em nossa sociedade enquanto brasileiros nos anos 1930-1940, não necessariamente enquanto negros. Isto é, a identidade negra se integraria diluindo a identidade nacional (MUNANGA, 2004, p. 127-129). Somente em 1962, Freyre tomará para si a expressão democracia racial. Apropriou-se explicitamente desta expressão em defesa da identidade mestiça, uma identidade para além da luso-brasileira, luso-tropical (Gilberto Freyre *apud* GUIMARÃES, 2005a, p.124).

Gilberto Freyre apropria-se do termo democracia racial precisamente no momento em que sua teoria começa a ser contestada com maior força devido à ideias e influências externas provenientes, sobretudo, do movimento da negritude, do sentimento de altivez negra expressa nos movimentos pelos direitos civis dos negros norte-americanos e da luta dos africanos – especialmente dos países africanos de língua oficial portuguesa – nas guerras de libertação colonial.

Para Gilberto Freyre – diferentemente do que pensava Nina Rodrigues – o ser intermediário, o mestiço, não seria um ser degenerado e sim representaria a síntese do povo brasileiro, fruto das três raças matrizes: branco, negro e ameríndio. Freyre irá contestar e desautorizar o determinismo biológico e climático, ideia preponderante da geração anterior, do mesmo modo, o sentimento de

inferioridade, que segmentos da elite sentiam por terem sidos colonizados pelos portugueses. Argumentará sempre em favor da colonização ibérica, tal colonização, de certa maneira, foi superior a todas as outras, por causa da propensão especial dos portugueses que, diferentemente de outros povos, sabiam conviver com povos de culturas diferentes.

O Estado e as influências teóricas de Florestan Fernandes

A ideologia da democracia racial passou a ser contestada pelos movimentos sociais a partir da década de cinquenta. A academia, por sua vez, passaria a criticá-la com maior força através da influência do sociólogo Florestan Fernandes, sobretudo, a partir da década de sessenta do século passado. Um marco simbólico desse momento foi quando o professor defendeu a tese de Provimento de Cátedra na Universidade de São Paulo intitulada *Integração do negro na sociedade de classes*[5]. Com essa obra e outras, como *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes tornou-se o mais expressivo sociólogo brasileiro de sua geração (GUIMARÃES, 2005b, p. 100; FERNANDES, 1975).

Sua expressão mito da democracia racial tornou-se a mais contundente crítica ao persistente discurso que defende a relação inter-racial harmoniosa no Brasil, ao esvaziar e ridicularizar a expressão democracia racial numa nova elaboração da própria frase. O livro *Integração do negro* é fruto do trabalho anterior realizado por Florestan Fernandes e Roger Bastide[6]. Refiro-me ao projeto das Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), conhecido como Projeto UNESCO. O objetivo do trabalho foi analisar as razões que faziam com que as relações raciais fossem harmônicas na sociedade brasileira (MAIO, 1999, p. 141-158). A UNESCO passou interessar-se pela experiência racial "bem sucedida" da nossa realidade, principalmente, depois do genocídio que diferentes povos enfrentaram durante a segunda Guerra Mundial (ARENDT, 2006, p. 207-211).

Neste projeto, além da investigação realizada no Rio de Janeiro, destacaram-se as pesquisas de São Paulo e de Salvador por apresentarem conclusões divergentes sobre a existência do preconceito de raça. Donald Pierson chegará à conclusão de que, praticamente, não existe preconceito de raça no Brasil; os casos ocorridos seriam irrelevantes por serem esporádicos. Isto significa que seria verdadeira a tese freyreana de harmonia racial (CÂNDIDO, 2006, p. 271-301),

[5] Esse livro tornou-se uma referência fundamental nos estudos sobre relações raciais no Brasil.
[6] Roger Bastide sociólogo francês que deu aulas de sociologia na Universidade de São Paulo, na década de trinta do século passado. Na obra desse autor, destacam-se as pesquisas sobre o Candomblé – religião afro-brasileira de matriz africana.

pelo menos no que diz respeito à capital baiana. Contudo a posição contrária, isto é, a perspectiva, de São Paulo será aquela que vigorará e pautará as academias, mentalidades, sociabilidades e as diretrizes do Estado brasileiro, principalmente, na administração de Fernando Henrique Cardoso. Assim como demonstra o trecho do livro *Integração do negro da sociedade de classes*, citado abaixo:

> […] Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se "o homem de cor" aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna. Como não podia deixar de suceder, essa orientação gerou um fruto espúrio. A idéia de que o padrão brasileiro de relações entre "brancos" e "negros" se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da "democracia racial brasileira". Admita-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo "muito pouco fel" e sendo suave, doce e cristãmente humano (FERNANDES, 1978, vol. I, p. 253-254).

As palavras de Fernandes poderiam ser resumidas da seguinte forma: o preconceito de raça realmente existe no Brasil, portanto, a ideia de harmonia racial não passa de uma ficção que teve consequências, como a falta de políticas de igualdade racial e uma invisibilidade das injustiças cometidas contra os negros. Florestan Fernandes e seus ex-orientandos Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni destacaram-se por criticar a ideia de escravidão suave no período colonial, e de harmonia racial na sociedade de classes. Depois da reflexão crítica desses autores, sobretudo, de Florestan Fernandes, tornou-se mais difícil à academia brasileira sustentar a ideia de democracia racial (IANNI, 2004, p. 6-20; GORENDER, 1990, p. 43), apesar de ainda persistir com força em nossa mentalidade social. Resta dizer que Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, ao se tornaram sociólogos de prestígio, ganharam vigor para influenciar a reflexão acadêmica brasileira sobre relações raciais em todo o território nacional (CARDOSO, 1961, p. 3-37).

Portanto pode-se dizer que esses autores, da chamada escola paulista de sociologia, tiveram o mérito de aproximar a reflexão acadêmica das pautas dos movimentos sociais. Isto significa que a teoria de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, o mestre e os seus dois mais destacados discípulos, colaboraram para construção de um novo consenso, que divergia especialmente de Gilberto Freyre, ao argumentar que a ideia de igualdade racial perfeita, mesmo como um desejo a ser concretizado no futuro, serve para o fortalecimento do preconceito racial, discriminação racial e racismo em nossa sociedade.

O negro da casa-grande e o negro da sociedade de classes

O sociólogo Florestan Fernandes ao escrever *a Integração do negro na sociedade de classes,* de certa forma, acreditava que o proletariado negro fosse o verdadeiro sujeito revolucionário da sociedade brasileira capaz de realizar a revolução burguesa no Brasil, tornando nossa sociedade mais desenvolvida em termos capitalistas, livrando-nos das reminiscências de nossa história social, econômica e cultural escravista (FERNANDES, 1978, vol. I e II). Nossa história de inserção na sociedade de classes se diferenciava do clássico processo de transformação de camponês em proletariado teorizado por Karl Marx. No século XIX o processo de acumulação primitiva clássico, na transformação do camponês em proletariado, o papel destinado às colônias e ao colonizado se restringia a um espaço de exploração do trabalhador de forma compulsória e quase absoluta para o acúmulo de capital da sociedade industrial dos países centrais, especialmente, a Inglaterra que saiu na frente nesse processo (MARX, 2005, p. 827-877).

A colônia ao utilizar a mão-de-obra escravizada colaborou para o acúmulo de riqueza que levou ao desenvolvimento do modo de produção capitalista dos países centrais. No entanto, para os países que foram colônias (com exceção dos Estados Unidos e Canadá) a questão posta no final do século XIX e início do XX era a seguinte: como o antigo trabalhador escravizado poderia se inserir na sociedade de classes emergente, caso do Brasil? Como seria o desenvolvimento desse país? Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (CARDOSO; FALETTO, 1970) respondem a segunda pergunta com base na teoria da dependência ao sustentar o argumento que seria um desenvolvimento de forma subordinada ao capitalismo dos países centrais.

Quanto à primeira pergunta, Florestan Fernandes irá responder que essa integração encontrará dificuldades devido aos resquícios da sociedade escravista presente na sociabilidade brasileira que leva ao preconceito racial, fazendo com que o trabalhador negro encontre maiores dificuldades para sua inserção. Desta maneira "o negro prolonga assim seu destino de escravo" (FERNANDES, 1978, VOL. II, p. 346), numa mentalidade que não era nem capitalista, e sim escravista, porque para o capitalista o mais importante é obter lucro (MÉSZAROS, 2002, 1004-1008), logo, não importa se o capital é um trabalhador negro, ou um trabalhador branco. O funcionário que lhe proporcionar maior lucro este seria contratado. Igualmente, é mais vantajoso o negro consumidor de sapatos, do que o escravizado de pés descalços.

No entanto, nossa história brasileira não se mostra com essa ótica capitalista desenvolvida, levando o trabalhador negro ser preterido em razão de sua pertença étnico-racial, assim como apontou Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Carlos Hasenbalg. Esse último chegou à conclusão que a causa de desigualdade racial entre negros e brancos deve-se mais ao racismo vivenciado no tempo presente da sociedade capitalista do que nas reminiscências do passado escravista do que propôs Florestan Fernandes.

A crítica de Hasenbalg não diminui a solidez de *Integração do negro na sociedade de classes,* podemos dizer que Hasenbalg trata-se de um autor influenciado de forma acentuada por Fernandes, levando-o a aprofundar suas concepções e refutar outras, deixando de lado a necessidade de dialogar com Gilberto Freyre, pois neste momento as teorias sobre relações raciais na academia nos anos de 1970 já expressava de forma hegemônica o predomínio da sociologia paulista liderada por Florestan Fernandes.

Preponderância que em política de Estado se viu com maior vigor na administração de Fernando Henrique Cardoso continuada e aperfeiçoada pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Foi principalmente na presidência de Fernando Henrique Cardoso que o governo absorveu algumas pautas dos movimentos sociais levando ao reconhecimento oficial da existência do racismo no Brasil, resultando na implementação das primeiras políticas de ação afirmativa ao flexibilizar as regras de acesso às universidades públicas (COSTA, 2006a, p. 146-149). Apesar de que anteriormente o governo José Sarney mostrou-se sensível a questão ao criar a Fundação Cultural Palmares em 1988.

Portanto, se o Estado brasileiro viveu sob forte orientação teórica de Gilberto Freyre de 1930 até o fim da ditadura em 1985. Período em que era desestimulada qualquer ideia de reivindicação à diferença em favor da identidade nacional, devido à ideologia conhecida como democracia racial. Os anos 1990, especialmente a partir de 1994, o Estado segue o direcionamento de matriz teórica de Florestan Fernandes.

Porém, no cenário internacional Gilberto Freyre permanece como o autor mais influente ao direcionar a maneira como o estrangeiro enxerga nosso país. Muitos estrangeiros ainda vêm visitar o Brasil com a velha idéia de encontrar um paraíso racial (SILVA, 2000, p. 26). Ideal que surgiu antes da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, discursos ideias difundidas que levou alguns negros estadunidenses desejarem migrar para o Brasil nos anos 1920:

> […] entre nós, não existe propriamente preconceito de raça. Ora, a vinda de indivíduos da raça negra, de procedência norte-americana virá criar tal preconceito

> no país. Poderá despertar tal sentimento que nós não temos ("Imigração negra" *Correio da Manhã 2.8.21*) (GOMES, 2003, p. 307-331).

Logo, os negros estadunidenses, do início do século XX, pretendiam abandonar seu país racista para serem acolhidos no Brasil, devido à ideia de democracia racial; porém não foram aceitos, pois para elite já bastavam "os negros da terra". Além disso, eles poderiam corromper a harmonia racial luso-tropical (FREYRE, 2003a, p. 422), ao trazer consigo o germe do racismo norte-americano. Para concluir resta somente dizer que o antirracismo de Gilberto Freyre consiste em invisibilizar o conflito racial, inclusive por não reconhecer a existência do racismo em nossa sociedade; no caso do antirracismo de Florestan Fernandes leva-o a visibilização para que possamos realizar a revolução no sentido de aboli-lo, porque se trata de uma mazela social que não deveria existir, no entanto, existe.

Um possível diálogo pós-colonial

A sociedade brasileira desenvolveu-se de uma maneira extremamente rápida e conturbada. Nos vinte e um anos do período militar houve um processo de urbanização intenso e avassalador no qual a maior parte da população nacional deixou o campo e se amotinou nos grandes centros. Desta mesma forma se configurou a intensificação da formação da indústria nacional, anterior, na década de 1950. Estes processos de desenvolvimento causam mudanças substanciais na sociedade, nos relacionamentos, na aplicação de políticas etc, porém, a alteração destas estruturas irrompe de maneira tão inesperada que o indivíduo não incorpora o novo *habitus*, permanecendo com o comportamento e as relações de uma sociedade arcaica que não condiz com a realidade econômica.

Podemos depreender que as necessidades do mercado para o desenvolvimento de uma nova política econômica contribuiu para o aniquilamento das diferenças no sentido da homogeneização do proletariado, do trabalhador que deixa de se diferenciar entre trabalhadores cativos e trabalhadores livres. No caso da sociedade brasileira tal aniquilamento não se dá de maneira efetiva. Segundo Florestan Fernandes,

> [...] a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado (FERNANDES, 1972, p. 48).

A ideia do negro como um ser inferior ao branco permaneceu no imaginário da população brasileira. As consequências deste comportamento são tangíveis até hoje. Como exposto anteriormente, o discurso acadêmico brasileiro das ciências sociais, em grande parte, se debruçou sobre a temática buscando entendê-la e criar formas de sublimar seus efeitos. O racismo passou a ser visto por muitos intelectuais, inclusive Florestan Fernandes, como um entrave para o desenvolvimento da sociedade. É necessário que todos sejam iguais para que haja uma sociedade realmente democrática. Essa era a questão.

A igualdade, portanto, passou a ser vista como um ideal possível, que deveria ser buscado. Neste sentido os governantes tentaram minimizar as desigualdades, no que tange à raça, para justificar a defesa de um determinado desenvolvimento. Ao ver a sociedade brasileira com características das distintas culturas africanas e indígenas, cria-se a falsa ideia de uma sociedade harmônica, que aceita as distintas bases culturais que a compõem. Esta ilusão torna invisíveis as desigualdades, mas não as elimina.

> Em verdade, a celebração da condição híbrida diaspórica como condição que permite uma infinita criatividade tem frequentemente sido utilizada para ocultar as realidades imediatas, econômicas, sociais, políticas e cultuais dos imigrantes ou das comunidades diaspóricas. [...] (SANTOS, 2006, p. 240).

Entretanto, não é este o uso da "celebração da condição híbrida" que procuramos, pois entendemos que é possível a existência de uma sociedade híbrida, na qual, os conflitos sociais não deixassem de existir, mas antes, ocorreriam entre sujeitos vistos como iguais. É inconcebível pensarmos em uma sociedade onde as diversidades não estejam presentes, tampouco é esta nossa intenção. É importante que as diferenças existam e sejam verdadeiramente respeitadas, porém esta relação somente será possível quando entendermos que cada identidade tem um valor equivalente às demais.

Haja vista a condição híbrida da população brasileira se percebe que não há como tratar todos de maneira igual, no sentido de eliminar diferenças. A variedade, não apenas na cor da pele, mas na formação cultural é extremamente saliente. Embora compactuemos com a escola paulista de sociologia que não deve haver diferenças de direitos civis, também defendemos o direito ao que os pós-colonialistas denominam *différance*. Este conceito seria a quebra das "diferenças binária" – entre branco e preto –, o "descentramento do sujeito", a defesa de uma heterogeneidade. Desta forma, passa-se a perceber o negro não como um oposto do branco, mas como um conjunto de indivíduos diferentes, com interesses distintos, que devem ter direitos iguais, desde que

respeitando à sua própria identidade (COSTA, 2006b, p. 129). Neste sentido, a teoria pós-colonial entende a necessidade que os sujeitos, outrora negativados, têm de assumir o discurso legítimo, e posteriormente torna-lo múltiplo, para fazer valer seu direito à diferença.

Pensando no caso do negro brasileiro, vale salientar a importância que o conceito de diáspora, utilizado principalmente por Stuart Hall, irá assumir. Para este autor, no Brasil o negro sofreu uma dupla diáspora, a primeira quando foi trazido da África e a segunda quando foi expulso do campo (HALL, 2010). Tal condição diaspórica faz com que a população negra não se identifique nem com a cultura local, tampouco com a de seus ancestrais. Isto faz com que o negro no Brasil desenvolva uma identificação distinta de quaisquer outras populações afrodescendentes com características fenotípicas similares àquele. Sendo assim, os direitos do cidadão brasileiro devem ser pensados a partir da diversidade e do respeito à esta e não de uma homogeneização, na qual os valores legítimos sempre irão se sobrepor aos demais.

Conclusões

O desenvolvimento material de nosso país sempre esteve um passo à frente do social. Tem-se como prioridade o enriquecimento da nação e posteriormente, busca-se amenizar as consequências deste na sociedade, principalmente, devido ao fato de que a população mais prejudicada sempre são aqueles que detêm o menor capital econômico e social. Sendo assim, embora sejamos um país rico concentramos um alto grau de miséria, salientamos que a maior parte destes miseráveis são identificados como negros. Este processo desigual de enriquecimento gera conflitos sociais palpáveis e de grande dimensão. Neste sentido a discrepância entre o discurso econômico e a prática social sempre obteve grande destaque entre os intelectuais, tais como, Fernando Henrique Cardoso ao afirmar que a própria abolição se encobria por um véu de motivos altruístas, mas que na verdade não foi motivada por nenhum sentimento humanitário, mas político-econômico (CARDOSO, 1962).

Acerca do discurso acadêmico, vale salientar, que este permanece como o discurso legítimo (BOURDIEU, 1983), ou seja, aquele que é capaz de determinar o que é, ou não a realidade, uma vez que esta só pode ser percebida através da incorporação do objeto no discurso legítimo (FIORIN, 2006). O discurso acadêmico, portanto, permanece com um determinado valor, ou peso, em qualquer debate. A pesquisa científica proporciona a este discurso um elemento de credibilidade, fazendo com que este possa ser aceito como verdadeiro, ainda que haja enunciados em conflito dentro da própria academia, vence aquele que parecer mais próximo da realidade.

Quando intelectuais, como Gilberto Freyre ou Florestan Fernandes, escrevem suas obras eles não estão apenas produzindo um enunciado, mas estão dialogando com os discursos anteriormente tidos como legítimos. Todo enunciado, desta forma, está em uma relação de dialogismo com o discurso até então sustentado. Ou seja, Gilberto Freyre debateu com as ideias daqueles intelectuais que vieram antes, por exemplo, Nina Rodrigues; o mesmo fez Florestan Fernandes com o próprio Gilberto Freyre.

Estas mudanças não significam necessariamente que estes intelectuais estavam errados, mas apenas que a realidade da época em que escreveram exigia uma abordagem distinta de certas temáticas, ou que a visão que obtinham a partir de seus referenciais teóricos não poderia abarcar de outra maneira o fato concreto com o qual se deparavam. Neste sentido estes discursos, na maior parte das vezes, são adotados por aqueles que detêm o poder do Estado, buscando uma leitura mais efetiva da realidade concreta, com o intuito de encontrarem uma forma de aniquilar a discrepância existente entre o campo econômico e o social.

Durante o período militar vivenciamos um período no qual as diferenças raciais foram ignoradas e, ao menos por parte do governo, todos possuíam a mesma condição, uma ausência de direitos. Após tal período o debate racial volta a ser posto em questão, pois a reconquista dos direitos não foi tão homogênea quanto ao esperado. No governo FHC, como dito, a perspectiva que condiciona as ações do governo advém da teoria da escola paulista de sociologia, ou seja, direito a uma igualdade plena. No governo Lula, a tentativa passa a ser intensificada com a criação de uma secretaria que se volta totalmente às questões relacionadas aos conflitos advindos das diferenças raciais, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a política de ação afirmativa também se expande por várias universidades.

O projeto desenvolvido por Gilberto Gil, quando ministro da cultura, chamado Pontos de Cultura, também contribuiu de certa forma para a conquista de direitos das populações inferiorizadas, já adotando uma visão menos colonial. Este projeto buscava a valorização de diferentes formas de cultura popular brasileira, instalando suas sedes em guetos, periferias ou centros, estas instituições procuravam a promoção das formas de artes locais. O que provocaria uma mudança gradual da hegemonia cultural. Com a troca do ministério este projeto parece ter perdido seu objetivo inicial. Mas está neste modelo o que entendemos como uma medida correta em relação às populações discriminadas “injustamente” (CARDOSO, 2008, p. 107-110).

Todas as medidas adotadas até então contribuem para uma igualdade dos direitos civis, mas não para uma promoção da diversidade. Neste sentido, o modelo do projeto possibilita que as populações marginalizadas tomem posse do discurso para defenderem, com igual força, suas crenças, ideologias e interesses.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. 2ª ed., Trad. Roberto Raposo, Lisboa: Dom Quixote, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983, p.156-183.

CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil, **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, São Paulo, junho, p. 271-301, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

_____. **Formação e desintegração da sociedade de castas.** (Tese de doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, 1961.

_____. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: DIFEL, 1962.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia, **Rev. Sociol. Polít**., nº. 25, p. 83-106, 2005.

CARDOSO, Lourenço. **O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007).** [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicol. estud**, vol. 6, nº. 2, 11-19, 2001.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006a.

_____. Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. In: **Rev. Bras. de Ciências Sociais,** fevereiro, vol.21, nº060, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, 2006b, p.117-134.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed., vol. I e II, São Paulo: Editora Ática, 1978.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

_____. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: DIFEL, 1972.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Lisboa: Livros do Brasil, s.d./ [1940].

_____. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia Patriarcal**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2003a.

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano.** 14ª ed. São Paulo: Global Editora, 2003b.

_____. **Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob regime do trabalho livre:** aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para república. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 2004.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente a imigração afro-americana (1921), **Estud.afro-asiát**., Ano, 25, nº 2, 2003, p. 307-331.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial, **Tempo soc**., vol.18, nº 2, p. 269-287,

2006.

_____. Racial democracy. In: SOUZA, Jessé e SINDER Valter (Org). **Imagining Brazil** (Global Encounters). 1ª Ed. Lanham, Md.: Lexington Books, 2005a, p. 119-140.

_____. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. 2ª ed, São Paulo: Editora 34, 2005b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 10ª. ed. Rio de Janeiro: DP&a, 2005.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Lívia (org.), Trad. Adelaine La Guardia Resende et al., Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **Entrevista com J. B. Stuart Hall.** set. 2010. Entrevistadora: Heloísa Buarque de Hollanda e Lívia Sovik. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=719&cat=9>. Acesso em: 15 nov. 2010.

IANNI, Octávio. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil, **Estud. av**., São Paulo, vol. 18, nº. 50, p. 6-20, 2004.

LAMOUNIER, Bolivar e Rubens Figueiredo (Org.). **FHC: A Era FHC um balanço**. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2002, p. 17-35.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.14, nº. 41, p. 141-158, 1999.

MARX, Karl. O segredo da acumulação primitiva. In: **O capital: critica da economia política**. Livro I. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 827-877.

MÉSZÁROS, István. A emergência do desemprego crónico. In:____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 1004-1008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional *versus* Identidade Negra**. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

REIS, Elias Pereira. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998, p. 67-90.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. vol. 4, Porto: Edições Afrontamento. 2006.

SILVA, Alberto Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000**). A grande transação. São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 19-41.